

(RE)CONFIGURAÇÕES E USOS DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE, AMAPÁ, BRASIL (1945-2025)

Jadson Porto

Universidade Federal do Amapá; Macapá, Amapá, Brasil; E-mail:
jadsonporto@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0316-3898>.

Ruben Camilo Louis Gonzalez

Universidade de Santiago de Compostela; Santiago de Compostela, Espanha; E-mail:
rubencamilo.lois@usc.es. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4717-1061>.

Roberto Luiz do Carmo

Universidade Estadual de Campinas; Campinas, São Paulo, Brasil; E-mail:
roberto@nepo.unicamp.br; ORCID: <https://0000-0003-1063-2266>.

Palavras-chave: Oiapoque; Uso do Território; Reconfigurações do Território

As reflexões aqui expostas visam expor brevemente as principais dinâmicas territoriais e de políticas territoriais que influenciaram nas diversas (re)configurações e usos do território de Oiapoque, em oito décadas de sua existência como Município (1945-2025). Para atender a este objetivo, foram acessadas diversas obras, dissertações e teses sobre esta localidade. Com mais de cinquenta textos levantados, esta pesquisa apresenta-se eminentemente bibliográfica.

O Município de Oiapoque integrou o Município de Amapá até 1945, quando o Decreto-Lei Federal n. 7.578, de 23 de maio de 1945, Sua origem foi decorrente de uma série de eventos que envolveram: atividades econômicas (garimpeira); geopolíticas (ocupação e domínio da fronteira no período colonial, no início do período republicano brasileiro e na segunda guerra mundial); militares (Porto,2003). Localizado na fronteira e litoral setentrional brasileiros a cerca de 600 km de Macapá, na linha fronteira com a Guiana Francesa (que implica em ser o único município do Mercosul em contato com a União Europeia interligado por uma ponte internacional) e com os municípios amapaenses de Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amaparí e Laranjal do Jari. Encontra-se completamente dentro da Faixa de Fronteira brasileira.

Em 2023, o Estado do Amapá completou 80 anos de existência como ente federativo (Porto; Guimarães, 2023). Em 2025, o Município de Oiapoque comemora suas oito décadas de existência (1945-2025), apresenta-se como uma espacialidade e territorialidade estratégica em suas acionalidades, seja pela sua importância geopolítica nacional; por que possui articulações diretas (trans)fronteiriças; por que possui grande influência de políticas ambientais e de segurança nacional para a sua organização territorial espacial.

Porto (2025), assim identifica a temporalidade de (re)organização e usos do Território do Município de Oiapoque:

- A partir de 1950, com o início da construção da BR-156, novas expectativas de conectividades foram estabelecidas, estipulando-se um novo eixo de fluxo e fluidez de pessoas, produtos e de serviços. Passado o primeiro quartil do século XXI, a pavimentação completa desta rodovia não havia sido concluída.

- A partir da década de 1980, foram instalados espaços com restrições de uso do território no Município mediante a criação da Terra Indígena Galibi (1982) e do Parque Nacional do Cabo Orange (1980). Acrescente-se, também, que, com a possibilidade de exploração do petróleo na Margem Equatorial a partir do terceiro decênio do século XXI, propôs-se a instalação da Reserva Extrativista Marinha Flamã, em territórios dos Municípios de Oiapoque e Calçoene.

- No último decênio do século XX, houve a criação de duas Terras Indígenas em território oiapoqueense (Uaçã, 1991; Juminá, 1992); a assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França, ampliando os ensaios de inte(g)ração espacial transfronteiriços) .

- No primeiro decênio do século XXI, três movimentos se destacam: o primeiro diz respeito à implantação de políticas ambientais, mediante criações de duas Unidades de Conservação envolvendo múltiplas territorialidades municipais (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, em 2002 e; a Floresta de Produção do Amapá, 2006). No segundo, à sua inserção no Programa de Reestruturação da Faixa de Fronteira Brasileira (2005) e nesses 20 anos de existência do Programa (2005-2025), houve muita mudança no ritmo e diretrizes da economia e uso do território fronteiriço brasileiro, em que a transfronteirização é a inte(g)ração imediata e necessária; no terceiro, avançaram-se as articulações para a efetiva pavimentação da BR-156 e a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, concluída em 2010.

- No segundo decênio, destacam-se: a criação da Carteira Transfronteiriça Empresarial (2010), permitindo relações comerciais entre Oiapoque (Brasil) e Saint-George (Guiana Francesa); o seu reconhecimento como *cidade-gêmea* (Brasil, 2014) e a permissão de instalação de *duty free* em sua territorialidade (Brasil, 2018) (até a elaboração deste texto, esta possibilidade não havia sido aproveitada em Oiapoque); a liberação da ponte binacional (em 2017).

- No terceiro decênio do século XXI, em 2020 foi elaborado o primeiro Plano Diretor do Município de Oiapoque (Tostes; Ferreira, 2020); em 2024, foi retomada a emissão da carteira de circulação transfronteiriça. Contudo, a autorização de circulação é por 72 horas em Saint-George e o brasileiro **não é autorizado** a obter documentação de residência ou direito a trabalho na Guiana Francesa.

Esta carteira não é exigida em território brasileiro. Como também, não é exigido o visto e nem é cobrada nenhuma taxa de entrada dos franceses em território brasileiro pela Guiana Francesa.

Em todas as suas expressões de (re)configurações, manifestações, organizações e o uso do território ocorridas em oito décadas de existência do Município de Oiapoque, possui uma temporalidade lenta e longa de transformações, cujas reestruturações de suas diversas e palimpsestas espacialidades institucionalizadas tem imposto impressões próprias em suas políticas territoriais. Apresenta-se como uma espacialidade e territorialidade estratégica em suas acionalidades, seja pela sua importância geopolítica nacional; por que possui articulações diretas (trans)fronteiriças; por que possui grande influência de políticas ambientais e de segurança nacional para a sua organização territorial espacial. Com as expectativas da exploração do petróleo a 175 km do litoral amapaense, uma nova acionalidade territorial vem sendo construída.

E nestas suas particularidades, o que predomina em Oiapoque é a espacialidade institucionalizada e a grande magnitude do Estado em sua sócio, política e economia.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Portaria MI nº 125, de 21 de março de 2014. **Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.**

BRASIL, Ministério do Turismo. **Receita Federal libera 'free shops' em cidades brasileiras localizadas em fronteiras.** Brasília: Ministério do Turismo, 2018, disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/receita-federal-libera-free-shops-em-cidades-brasileiras-localizadas-em-fronteiras#:~:text=As%20cidades%20brasileiras%20consideradas>.

DIÁRIO DO AMAPÁ. ICMBio divulga consulta para criar 4 novas unidades de conservação no Amapá. **Diário do Amapá**, caderno Cidades. Macapá: 17/04/2025. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/sem-categoria/icmbio-divulga-consulta-para-criar-4-novas-unidades-de-conservacao-no-amapa/>.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000).** Macapá: SETEC, 2003.

PORTO, J. **Interações espaciais transfronteiriças na Região das Guianas: Acionalidades, usos e funções territoriais.** Santiago de Compostela, Espanha: IDEGA/USC, 2025. Relatório Final de atividade como pesquisador-visitante.

PORTO, J L. R; GUIMARÃES; F. dinâmicas e expectativas do estado do amapá: 80 anos de transformações territoriais e econômicas (1943-2023). *In:* PORTO, J L. R (Org.). **Amapá: oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023).** Maringá, PR: Uniedusul, 2023.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, S. D. **Planos Diretores no Estado do Amapá: A experiência do Município de Oiapoque (Amapá).** Maringá: Uniedusul, 2022.